

Marcia Loduca Fernandes

CONDIÇÕES E FATORES HISTÓRICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS QUE
PROPICIARAM A INSTALAÇÃO DO ENSINO A DISTÂNCIA NO BRASIL
NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX.

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

FORMAÇÃO DE ORIENTADORES DA APRENDIZAGEM EM EAD

PUC/SP

São Paulo

2010

Marcia Loduca Fernandes

CONDIÇÕES E FATORES HISTÓRICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS QUE
PROPICIARAM A INSTALAÇÃO DO ENSINO A DISTÂNCIA NO BRASIL
NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção de título de Especialista no curso de Pós Graduação Lato Sensu – Formação de Orientadores da Aprendizagem em EaD, sob orientação da Profa. Dra. Maria da Graça Moreira da Silva

PÓS - GRADUAÇÃO LATO SENSU
FORMAÇÃO DE ORIENTADORES DA APRENDIZAGEM EM EAD

PUC/SP

São Paulo

2010

Marcia Loduca Fernandes

CONDIÇÕES E FATORES HISTÓRICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS QUE
PROPICIARAM A INSTALAÇÃO DO ENSINO A DISTÂNCIA NO BRASIL
NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX.

BANCA EXAMINADORA

São Paulo, fevereiro de 2011.

Dedico este trabalho à Profª Dra. Maria da Graça Moreira da Silva, pelos ensinamentos, orientações e a infinita compreensão das dificuldades apresentadas ao longo do caminho.

AGRADECIMENTOS

A professora doutora Aglaé Porto pelo encantamento e o olhar mágico e sedutor sobre a arte de educar.

A todos os professores do curso de Formação de Orientadores da Aprendizagem em EAD, pela competência demonstrada ao longo do curso.

A todos os colegas do curso pelos bons momentos vividos.

Ao Centro Paula Souza pela possibilidade de participar de novas frentes educacionais.

A professora e mestre Fernanda Martins Cunha, por compartilhar sonhos e esperanças de novas práticas de aprendizagem.

A professora Mariana Peão Lorenzin pela juventude e pelo porvir.

Ao marido, companheiro e amigo Gilberto Jorge Fernandes pelo amor, cumplicidade e incentivo constantes ao longo de minha vida.

Aos meus pais (*in memoriam*) pelo exemplo de vida e de luta.

Desterra dos teus conhecimentos a arrogância. Não tenhas presunção pelo que sabes. Tudo quanto sabe o mais sábio é nada em comparação ao que lhe falta ainda saber.

Vives

RESUMO

Este trabalho tem como tema avaliar as condições e fatores histórico, sociais e ecológicos propiciaram a instalação ensino a distância não Brasil na primeira metade do século xx. Inicia-se com uma caracterização histórica e fatores de industrialização brasileira. Apresenta a trajetória da educação profissional não Brasil e a introdução do ensino a distância, em território nacional, como possibilidade de realização eficiente e eficaz de mão de obra para o desenvolvimento das atividades industriais, de comércio e serviços a partir da quarta década do século XX. A metodologia utilizada foi uma pesquisa qualitativa (pesquisa bibliográfica) sobre o início da industrialização não atendiam Brasil e uma oferta de escolas e cursos profissionalizantes (por correspondência) as demandas das empresas, exemplificada pelo caso Instituto Rádio Monitor. Concluindo que as condições estruturais (crise modelo agroexportador e o início da industrialização) e conjunturais (mudanças políticas, desenvolvimento urbano, panorama mundial), possibilitaram uma instalação de novas metodologias educacionais, dentre elas o Ensino a Distância.

Palavras Chave: Industrialização Brasileira – Educação a Distância – Cursos Profissionalizantes por Correspondência – Instituto Rádio Monitor

ABSTRACT

This work is subject to assess the conditions and factors, social and economic history that led to the installation of distance education in Brazil in the first half of the 20th century. Starts with the historic characterisation and factors of Brazilian industrialization. Presents the trajectory of professional education in Brazil and the introduction of distance education in the national territory, such as possibility of efficient and effective training of manpower to the development of industrial activities, trade and services from the fourth decade of the 20th century. The methodology used was the qualitative research (bibliographic search) on the beginning of industrialization in Brazil and the provision of schools and training courses (for correspondence) that meet the demands of enterprises, exemplified by the case Institute Radio Monitor. Concluding that the structural conditions (model agroexportador crisis and the onset of industrialization) and short-term (political change, urban development, Caribbean), allowed the installation of new educational methodologies, including distance education.

Keywords: Brazilian Industrialization – distance education – training courses by correspondence – Radio Monitor Institute

Sumário

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA | 10 |
| CAPÍTULO 1 - INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL..... | 16 |
| 1.1 – HISTÓRICO..... | 16 |
| 1.2 – FATORES DE INDUSTRIALIZAÇÃO | 17 |
| 1.3 – A CLASSE TRABALHADORA E O ACESSO À EDUCAÇÃO | 17 |
| CAPÍTULO 2 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL..... | 22 |
| 2.1 – TRAJETÓRIA HISTÓRICA E A CRIAÇÃO DE ESCOLAS TÉCNICAS | 22 |
| CAPÍTULO 3 - ENSINO A DISTÂNCIA NO BRASIL | 32 |
| 3.1 – JUSTIFICATIVAS DE IMPLANTAÇÃO | 32 |
| 3.2 – CRONOLOGIA DE IMPLANTAÇÃO..... | 36 |
| 3.3 – CASO INSTITUTO RÁDIO TÉCNICO MONITOR | 38 |
| CONCLUSÃO..... | 50 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 52 |

Condições e fatores históricos, sociais e econômicos que propiciaram a instalação do ensino a distância no Brasil na primeira metade do século XX.

Introdução e Justificativa

Iniciado no final do século XIX, o processo de industrialização brasileira firmou-se nas primeiras décadas do século XX. Marcado por indústrias tradicionais (de alimentos, de calçados, de tecidos entre outras) e pela importação de produtos industrializados, trouxe, consigo, transformações econômicas, sociais e culturais que construíram um novo cenário urbano que exigiram novas posturas e procedimentos por parte de seus habitantes.

Impulsionados pela crise mundial de 1929, os grandes cafeicultores redirecionaram uma parcela do capital, proveniente da cafeicultura, para investimento em atividades fabris urbanas. Adicionado a esse capital excedente, uniram-se capitais estrangeiros (ingleses e norte-americanos, principalmente), privado e estatal, que contribuíram para a transformação, a dinamização e a expansão da economia brasileira.

Foi a partir dos anos 1930, com o *crash* da Bolsa de New York, quando as importações de bens de consumo foram drasticamente interrompidas, que a indústria transformou-se num setor importante da economia, antes dominada pelas atividades agrárias.

Com uma industrialização tardia, baseada na substituição de importações, criou-se um cenário econômico propício de estímulo ao investimento industrial. Importações de

máquinas e equipamentos industriais e o estabelecimento de barreiras e dificuldades à importação de produtos que pudessem concorrer com os que aqui eram produzidos, foram estratégias utilizadas pelo governo para garantir o desenvolvimento da nascente indústria nacional.

Desta maneira, novas indústrias, além das alimentícias e têxteis, surgiram no horizonte econômico brasileiro: cimento e aço, materiais de transportes e extração mineral. Todas elas ávidas por mão de obra capacitada que pudesse atender um mercado consumidor vez maior.

Concomitante a esse cenário e em decorrência de suas necessidades, surgiram as escolas de formação profissional destinadas, em princípio, aos filhos das classes sociais mais desfavorecidas e ao preparo de operários para atender às demandas das novas indústrias.

Ainda que esforços consideráveis fossem empreendidos pelo governo e pela intelectualidade brasileira (“Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, 1932) para a instalação de escolas de formação profissional, o reduzido número de estabelecimentos e as escassas vagas oferecidas, que pudessem atender a demanda fabril, além da difícil localização dos estabelecimentos escolares, as exigências acadêmicas para o ingresso, a obrigatoriedade de frequência às aulas, a duração prolongada dos cursos e a rigidez dos horários, dificultavam ou impediam a entrada de um número maior de estudantes e por consequência a formação de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho.

Para atender a uma demanda reprimida de mão de obra implementaram-se, como alternativa possível, cursos a distância profissionalizantes (por correspondência) em

diferentes áreas – rádio, eletricidade, desenho, contabilidade etc dirigidos a uma parcela da população que não tinha fácil acesso à modalidade presencial de formação educacional.

Conhecido e oferecido desde o século XVIII em outros países (Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, Espanha etc), o ensino a distância objetivava formar mão de obra qualificada para as muitas atividades industriais, comerciais e demais setores econômicos. Os cursos por correspondência surgiram no Brasil no início do século XX e as primeiras instituições de caráter formativo (Escolas Internacionais) ofereciam cursos pagos por correspondência, determinando a instalação, em território nacional, de uma nova tecnologia educacional, o *ensino a distância*.

Nos anos 1930 e 1940, criaram-se duas instituições, que se mantiveram no mercado educacional de ensino a distância até a atualidade: o Instituto Rádio Técnico Monitor (atual Instituto Monitor), em 1939 e o Instituto Universal Brasileiro (IUB), em 1941, ambos oferecendo cursos profissionalizantes a distância, modalidade de ensino por correspondência.

O contexto histórico, social e econômico nacional, justifica, por si, uma pesquisa bibliográfica mais abrangente e profunda que busque levantar e analisar os fatores que propiciaram o surgimento da educação a distância, no Brasil, e a implantação de instituições que ofereciam essa modalidade de ensino, desde a 1ª metade do século XX, em especial, às camadas trabalhadoras.

3. Problema

Que condições e fatores históricos, sociais e econômicos propiciaram o surgimento e a instalação do ensino a distância no Brasil, na primeira metade do século XX?

4. Objetivo Geral

Relacionar e explicar os fatores históricos, sociais e econômicos que propiciaram o surgimento e a implantação do ensino a distância, por correspondência, na 1ª metade do século XX, no Brasil.

4.1 Objetivos Específicos

Relacionar os fatores históricos, sociais e econômicos que facilitaram a implantação de cursos a distância, por correspondência.

Analisar as circunstâncias históricas, sociais e econômicas que possibilitaram a instalação do ensino a distância no Brasil, na 1ª metade do século do século XX.

Caracterizar o caso - Instituto Rádio Técnico Monitor

5. Hipóteses

As necessidades socioeconômicas, em diferentes momentos históricos, geraram condições propícias na busca de novas estratégias e tecnologias educacionais que capacitassem, de forma eficiente e eficaz, um maior contingente de trabalhadores para o mercado de trabalho, visando uma melhoria na qualidade do trabalho executado e consequente aumento da produtividade do trabalhador e lucratividade do empresariado.

6. Metodologia

Realizou-se pesquisa bibliográfica sobre o início da industrialização no Brasil, a oferta de escolas/cursos profissionalizantes que atendiam as demandas das empresas e a oferta de cursos por correspondência, em especial o Instituto Rádio Técnico Monitor.

7. Mapa Conceitual do Referencial Teórico (Simplificado)



CAPÍTULO 1 - INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

1.1– HISTÓRICO

Marcada por proibições e impedimentos durante todo o período Colonial (séculos XVI a XIX), a indústria no Brasil surgiu como um apêndice das atividades agrárias dominantes no cenário nacional e permaneceu desta forma até a década de 1930. Praticamente inexistente até a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil (1808), as atividades industriais manifestavam-se, timidamente, sob a forma de tecelagens, confecções e calçados e fábricas de alimentos, bebidas, sabão e vela, sobretudo na região Sudeste, especialmente em São Paulo.

A transferência da Família Real Portuguesa para o Brasil e a Abertura dos Portos às Nações Amigas, possibilitaram algumas vantagens para a instalação das atividades fabris na medida em que foram eliminadas as barreiras alfandegárias e isentaram de impostos a importação de matérias primas industriais. Contudo, o panorama econômico brasileiro continuou dominado pelas atividades agroexportadoras pelas vantagens oferecidas às elites produtoras: alta lucratividade, mão de obra abundante e cativa e mercado consumidor internacional.

Foi somente a partir do final do século XIX, com a consolidação da economia cafeeira e seus dividendos, que se desencadeou e impulsionou, na região Sudeste, o processo de industrialização nacional.

1.2- FATORES DE INDUSTRIALIZAÇÃO

A industrialização brasileira, efetivada a partir da década de 1930, teve seu início no final do século XIX com a transformação do cenário nacional político (instalação do regime republicano), social (fim da escravidão e início da imigração) e econômico (crises nas exportações de café e crescimento do mercado consumidor interno por produtos industrializados).

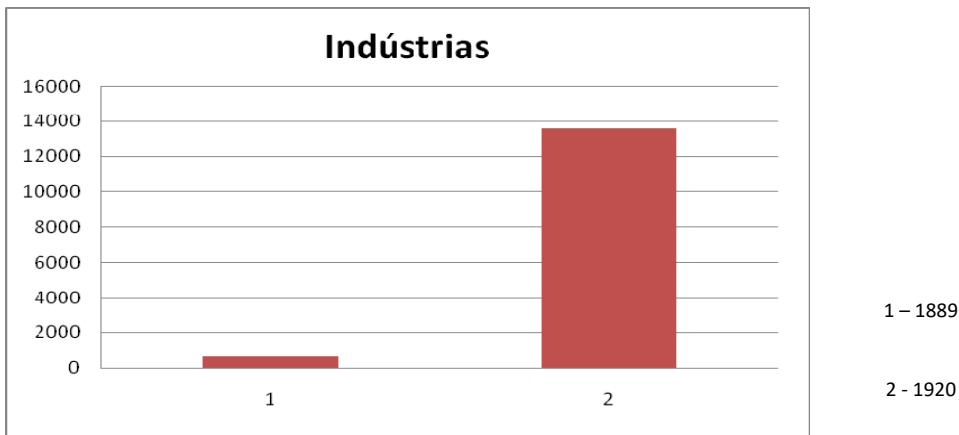
A aplicação dos excedentes de capitais provenientes da cafeicultura em outras atividades econômicas, dentre elas a indústria; o aproveitamento e a utilização da infraestrutura instalada na região Sudeste para escoamento (malha ferroviária) e embarque da produção (porto de Santos); a mão de obra imigrante, possuidora de relativa capacitação fabril adquirida em seu país de origem, em substituição da mão de obra escrava e o incremento do mercado consumidor interno (expandido pelas recentes relações assalariadas de trabalho), podem ser citados como fatores que contribuíram para o início do processo industrial brasileiro.

Nas primeiras décadas do século XX, o número de fábricas aumentou significativamente e com elas a demanda por operários com habilidades específicas para as diferentes produções.

Evolução do número de fábricas e de empregados entre os anos de 1889 e 1920, no Brasil.

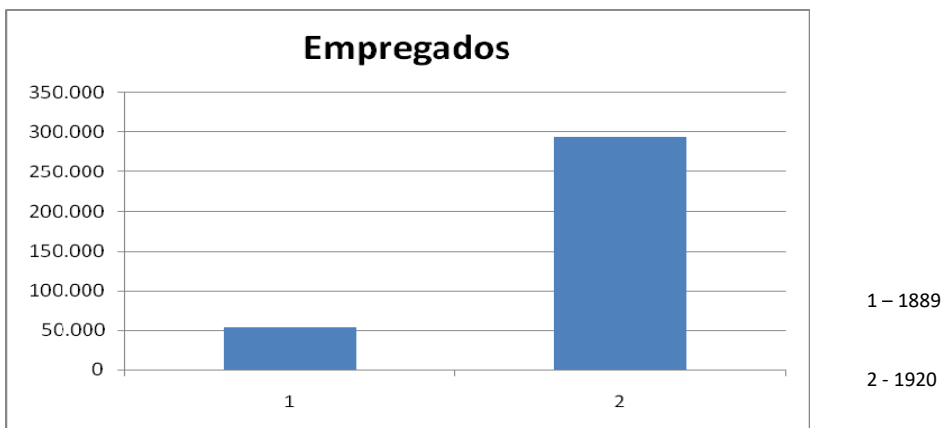
| Ano | Nº de fábricas | Nº de empregados |
|------|----------------|------------------|
| 1889 | 636 | 54.172 |
| 1920 | 13.569 | 293.673 |

Gráfico 1 – Instalação de fábricas no Brasil



TAMDJIAN, J.O, MENDES,I.L.Geografia geral e do Brasil – estudos para a compreensão do espaço. São Paulo: FTD, 2004

Gráfico 2 – Total de empregados industriais no Brasil

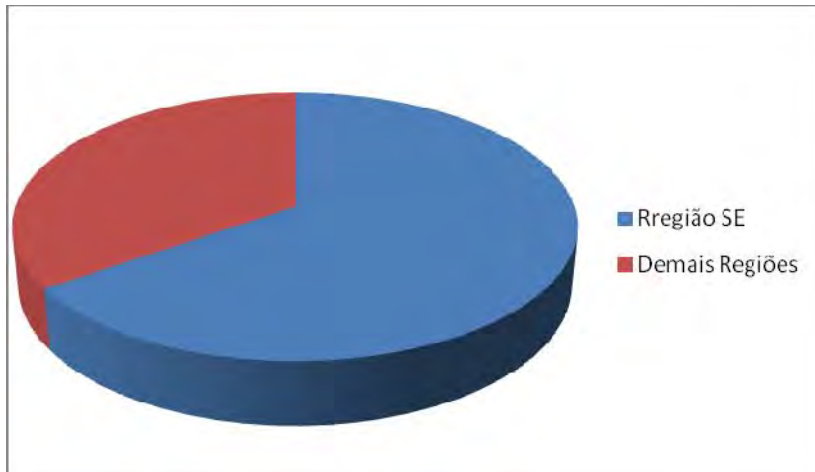


TAMDJIAN, J.O, MENDES,I.L.Geografia geral e do Brasil – estudos para a compreensão do espaço. São Paulo: FTD, 2004. P. 137

A leitura dos gráficos 1 e 2 permite concluir que, nos períodos indicados, o aumento de pessoas empregadas não acompanhou, proporcionalmente, o número de fábricas instaladas. Desta maneira, as fábricas ou tornaram-se mais eficientes e mais automatizadas necessitando um número menor de empregados, ou o menor número de empregados

representava uma carência de mão de obra capacitada para lidar com as novas realidades industriais.

Gráfico 3 - Distribuição de indústrias por região, no Brasil, 1920.



TAMDJIAN, J.O, MENDES,I.L.Geografia geral e do Brasil – estudos para a compreensão do espaço. São Paulo: FTD, 2004. P. 137

Legenda

| Região Sudeste | Demais Regiões |
|----------------|----------------|
| 65,30% | 34,70% |

As condições socioeconômicas existentes nas primeiras décadas do século XX no Brasil, permitiram uma concentração de fábricas na região Sudeste, em especial no estado de São Paulo que assumiria, no território nacional, a liderança industrial, por todo o século.

1.3- A CLASSE TRABALHADORA E O ACESSO À EDUCAÇÃO

“Com o surto industrial, a cidade (São Paulo) cresceu ainda mais: em 1872, época do primeiro recenseamento geral do Brasil, tinha apenas 31 400 habitantes, ocupando o quinto lugar entre as cidades brasileiras (o Rio de Janeiro tinha 275 mil, Salvador, 130 mil, Recife 116 700 e Porto Alegre, 44 mil); em 1900, com 240 mil habitantes, já vinha em segundo lugar, perdendo apenas para o Rio de Janeiro (691 600 habitantes); em 1960, São Paulo ultrapassou o Rio de Janeiro e tornou-se a maior cidade brasileira com 3,3 milhões de habitantes. O crescimento da cidade começou com o café, mas foi acelerado pelo desenvolvimento industrial” (VESENTINI, J.W. Geografia, série Brasil. São Paulo: Ática, 2003. p 186)

O complexo cafeeiro foi, portanto, determinante na instalação e expansão da atividade industrial na região Sudeste e com ela o crescimento urbano e o mercado consumidor interno e a formação de uma classe trabalhadora urbana com interesses e características diferenciadas dos trabalhadores rurais.

Substituindo a mão de obra escrava na lavoura e, posteriormente migrando para as cidades, o imigrante europeu formou, desde o início do processo de industrialização brasileira, a classe operária urbana. Enfrentando árduas condições de trabalho no interior das fábricas, homens, mulheres e crianças possuíam níveis salariais baixos, extensas jornadas de trabalho diário, sem direito ao descanso semanal remunerado, férias, licença para tratamento de saúde e aposentadoria.

“É com a República que se estrutura um sistema de instrução pública no Brasil, principalmente no nível elementar e primário. O operariado imigrante teve, no entanto, pouco acesso a esse tipo de instrução no final do século XIX e início do século XX. Foi a partir das décadas de 1910 e 1920 que os filhos do operariado imigrante passaram a freqüentar as escolas públicas, os grupos escolares, em cidades com menores dimensões. Sua frequência às escolas era dificultada pelas condições precárias de vida, tornando-se irregular e intermitente. Poucos chegavam a concluir o curso primário. (...) Além de algumas indústrias oferecerem escolas para o operariado e seus filhos, a Igreja e o Estado também ofereceram escolas profissionais destinadas especificamente à classe operária. O proletariado fabril e seus filhos cursavam com dificuldades as escolas de nível elementar, de cunho profissionalizante, e as escolas noturnas.” (DECCA, M.A.G. Indústria, trabalho e cotidiano, Brasil – 1889 a 1930. São Paulo: Atual, 1991, p.60 e 61).

Além da Igreja e do Estado, as associações operárias, jornais e publicações ligadas a grupos políticos (anarquistas, socialistas e comunistas), escolas de militantes, sessões de leituras, grupos de estudo e teatrais, também, alfabetizaram e educaram muitos operários e seus filhos.

“A classe operária em formação no Brasil entre 1890 e 1930, a despeito de seu quadro de vida adverso, não era analfabeta em sua maioria, e pareceu, com um esforço muito grande, tentar ter acesso à informação e à instrução básica e elementar.” (idem, ibidem, p.64)

O operariado exigia um mínimo de escolarização e iniciam-se movimentos de pressão para a expansão da oferta de ensino. Porém, a situação era muito grave uma vez que mais de 80% da população era analfabeta.

Em 1909, pelo Decreto 7566/09, Nilo Peçanha cria 19 Escolas de Aprendizes Artífices que é uma resposta à situação de abandono dos operários e seus filhos frente a ausência de políticas públicas de educação elementar.

CAPÍTULO 2 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

2.1 - TRAJETÓRIA HISTÓRICA E A CRIAÇÃO DE ESCOLAS TÉCNICAS

A formação profissional no Brasil foi marcada, desde seu início, como assistencialista destinada a “amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte”.

Com a transferência da família real portuguesa, registram-se os primeiros esforços governamentais para apoiar e regulamentar a educação profissionalizante no país:

- Em 1809, com o fim da proibição das atividades manufatureiras, cria-se o “Colégio das Fábricas”;
- Em 1816, com o objetivo de articular-se o ensino das ciências e do desenho para os ofícios mecânicos, propõe-se a criação de uma “Escola de Belas Artes”;

- Em 1840 (a partir de), são construídas as “Casas de Educandos e Artífices” com o objetivo prioritário de atender os menores abandonados para “diminuir-se a criminalidade e a vagabundagem”;
- Em 1854, criam-se os “Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos”, estabelecimentos especiais para os menores abandonados, onde os jovens aprendiam as primeiras letras e encaminhados, posteriormente, às oficinas públicas e particulares para prestarem serviços e aprenderem um ofício.
- Em 1858, várias sociedades civis (dentre elas os “Liceus de Artes e Ofícios”) são criadas para oferecerem instrução teórica e prática, com iniciação de instrução industrial, às “crianças órfãs e abandonadas”;
- Em 1861, organiza-se o “Instituto Comercial do Rio de Janeiro” cujos diplomados teriam preferência no preenchimento de cargos públicos.
- Em 1891, pela Constituição, reafirma-se a descentralização do ensino: é de competência da União a educação superior e secundária (elitistas e propedêuticas) e aos estados competem a elementar e a profissional.

No início do século XX, a característica assistencialista continua presente no ensino profissional voltado aos desfavorecidos socialmente e aos “órfãos desvalidos da sorte”. No entanto, em decorrência das transformações econômicas e sociais presentes na virada do século, uma mudança de postura e de visão, faz com que a preocupação principal migre do simples assistencialismo (que continuou a existir) para a preparação de operários ao exercício profissional que respondessem às novas exigências industriais do país.

- Em 1906, consolida-se uma política de incentivo ao desenvolvimento do ensino industrial, comercial e agrícola. Instalam-se escolas como a “Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado” (em São Paulo) e outras, também destinadas ao comércio no Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais etc;
- Em 1910, para o ensino industrial, instalaram-se, em várias unidades federativas, dezenove “Escolas de Aprendizes Artífices”, custeadas pelo Estado e similares aos Liceus de Artes e Ofícios, que se destinavam aos “pobres e humildes”.

“Após a Primeira Grande Guerra se prenunciam novos tempos: com a industrialização e urbanização, forma-se a nova burguesia urbana; novos estratos emergentes de uma pequena burguesia exigem o acesso à educação mas retomando os valores da oligarquia cafeeira, aspiram à educação acadêmica e elitista e não à técnica, considerada inferior: o operariado exige um mínimo de escolarização e começam a ser feitas pressões sobre o sistema para a expansão da oferta de ensino. No entanto, a situação é grave, já que na década de 1920 o índice de analfabetismo atingia a cifra de 80%.” (ARANHA, M.L.A. História da Educação. São Paulo: Moderna, 1992. P. 243)

O embate entre forças divergentes – a oligarquia cafeeira e a emergente burguesia industrial produzem, na década de 1920, diversos movimentos políticos e culturais, na busca da renovação dos valores nacionais até então impregnados pelas concepções européias.

“Na educação a efervescência é ímpar. O professor Jorge Nagle considera característica desse período o “entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico”, devido ao surgimento de intelectuais e educadores “profissionais” que empreendem debates e planos de reforma voltados para a recuperação do atraso brasileiro.” (ARANHA, M.L.A. História da Educação. São Paulo: Moderna, 1992. P. 243)

Na década de 1920, a Câmara dos Deputados empreende vários debates sobre a expansão do ensino profissional, propondo a sua extensão a todos, pobres e ricos, e não apenas aos “desafortunados”.

Em 1924, cria-se, no Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Educação (ABE), irradiadora do movimento renovador da educação brasileira, através das Conferências Nacionais de Educação.

Em 1931, é criado o Conselho Nacional de Educação e, nesse mesmo ano efetiva-se a reforma educacional denominada “Ministro Francisco Campos” e que perdurou até 1942, quando, então, começam a ser aprovadas as “Leis Orgânicas do Ensino” (Reforma Capanema).

Através da reforma Francisco Campos, organiza-se o ensino profissional e regulamenta-se a profissão de Contador.

Em 1932, diagnosticando e sugerindo rumos às políticas públicas em matéria de educação é lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

(...) Preconizava a organização de uma escola democrática, que proporcionasse as mesmas oportunidades para todos e que, sobre a base de uma cultura geral comum, de forma flexível, possibilitasse especializações “para as atividades de preferência intelectual (humanidades e ciências) ou de preponderância manual e mecânica (cursos de caráter técnico). MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Educação profissional: referências curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico – introdução. Brasília: MEC, 2000.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, inspirado no ideário escola-novista, reconhecia o caráter social da educação, criticando o sistema dual vigente (uma escola para os ricos e outra para os pobres) e do dever do Estado em instaurar uma escola para todos (obrigatória, pública, gratuita e laica), combatendo a educação elitista e acadêmica tradicional. O Manifesto representou um alerta importante sobre o distanciamento entre a educação praticada e as necessidades e exigências para o desenvolvimento nacional.

A Constituição Federal de 1934, contemplando muitos dos temas defendidos pelo Pioneiros, estabeleceu as “Diretrizes da Educação Nacional” e o “Plano Nacional de Educação”, afirmando a educação como um direito adquirido por todos e um dever tanto do Estado e demais instituições governamentais, junto com a família, em co-educação (artigo 148), e a responsabilidade dos estados de “organizar e manter” sistemas de educação em seus territórios, de acordo com as diretrizes da União (artigo 151).

Em 1937, a Constituição outorgada do Estado Novo, ainda que desconsiderasse muitos dos assuntos discutidos por sua antecessora, tratou, pela primeira vez, das “escolas vocacionais

e pré-vocacionais”, como um “dever do Estado” para com as “classes menos favorecidas” (artigo 129). O texto constitucional sinaliza a distinção entre o trabalho intelectual, para as classes mais favorecidas, e o trabalho manual, enfatizando o ensino profissional para as classes mais desfavorecidas.

O ensino profissionalizante, destinado a determinados grupos sociais e limitado pelo governo, substituiria, ou minimizaria, o enfoque concedido anteriormente à educação de base (conforme proposta dos Pioneiros da Educação). Logo, o caráter democrático da educação, de oportunidades iguais para todos começaria a ficar cada vez mais e mais distante de se concretizar.

“Essa obrigação do Estado deveria ser cumprida com a “colaboração das indústrias e dos sindicatos econômicos, as chamadas “classes produtoras”, que deveriam “criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados”. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Educação profissional: referências curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico – introdução. Brasília: MEC, 2000. P. 80)

A orientação político-educacional para o mundo capitalista fica explícita no texto constitucional sugerindo a preparação de um maior contingente de mão-de-obra para as novas atividades abertas pelo mercado, enfatizando o ensino pré-vocacional e vocacional (profissional). O Estado respondia assim, legalmente, à necessidade de formação de

profissionais especializados para os setores da indústria, comércio e serviços, exigidos pelo processo de industrialização iniciado em 1930.

A determinação constitucional referente ao ensino pré-vocacional e profissionalizante (vocacional), possibilitou, em 1942, por iniciativa do Ministro Gustavo Capanema, e através de Decretos-Lei, as denominadas “Leis Orgânicas da Educação Nacional”:

- 1942: Leis-Orgânicas do Ensino Secundário (Decreto-Lei nº 4.244/42) e do Ensino Industrial (Decreto-Lei nº 4.073/42). 1943: Lei Orgânica do Ensino Comercial (Decreto-Lei nº 6.141/43);
- 1946: Leis Orgânicas do Ensino Primário (Decreto-Lei nº 8.529/46), do Ensino Normal (Decreto-Lei nº 8.530/46) e do Ensino Agrícola (Decreto-Lei nº 9.613/46).

As Leis Orgânicas do Ensino, entre os anos de 1942 a 1946, empreenderam novas reformas no ensino brasileiro. Por exemplo, a Lei-Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-Lei nº 4.244/42) regulamentava a reestruturação do ensino secundário constituindo-se de *ginásio*, com quatro anos e *colegial* de três anos (dividido em clássico e científico), acentuando a tradição do ensino secundário: acadêmico, propedêutico, aristocrático e seletivo (rigidez nos exames de admissão); a reforma do ensino primário (ocorrida após o Estado Novo) introduziu o ensino supletivo de dois anos, importante para a diminuição do analfabetismo de jovens e adultos que não possuíam escolarização entre outras modificações.

No que tange o ensino vocacional (profissional), as alterações legais foram significativas em atendimento às exigências do mercado de trabalho ativado pelo desenvolvimento industrial e o comprometimento pela guerra (1939 a 1945), que impedia, ou muito dificultava, a

entrada de técnicos estrangeiros. Assim, buscava-se uma solução nacional para sanar essas dificuldades.

A determinação constitucional relativa ao ensino pré-vocacional e profissional (vocacional), através das Leis Orgânicas do Ensino, permitiu a criação de dois tipos de ensino profissional: um mantido pelo sistema oficial (onde o Estado transformou as antigas Escolas de Aprendizes Artífices em escolas técnicas federais) e o outro, paralelo, mantido pelas empresas.

Criaram-se, assim, entidades especializadas como o Serviço de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942, organizado e mantido pela Confederação Nacional das Indústrias, com diversos cursos de aprendizagem, aperfeiçoamento, especialização e qualificação profissional, e o Serviço de Aprendizagem Comercial (SENAC) em 1946, que desenvolve o mesmo processo de aprendizagem.

“Ainda em 1942, o Governo Vargas, por um Decreto-Lei, estabeleceu o conceito de menor aprendiz para os efeitos de legislação trabalhista e, por Decreto-Lei, dispôs sobre a “Organização da Rede Federal de Estabelecimentos de Ensino Industrial”. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Educação profissional: referências curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico – introdução. Brasília: MEC, 2000.

A educação profissional no Brasil, ainda que discriminada, foi consolidada com a organização da rede federal de escolas de ensino industrial (originadas das 19 Escolas de Aprendizes

Artífices, criadas em 1909 por Nilo Peçanha, pelo Decreto n. 7.566/09) e a apresentação legal do conceito de menor aprendiz. Seu objetivo era oferecer “formação adequada aos filhos dos operários, aos desvalidos da sorte e aos menos afortunados, aqueles que necessitavam ingressar precocemente na força de trabalho” (ensino profissional) em contraposição aos objetivos do ensino secundário e normal que era o de “formar as elites condutoras do país” (ensino acadêmico). Porém, os alunos esperariam alguns anos, até a década de 1950, para que a equivalência entre os estudos acadêmicos e os profissionalizantes fossem reconhecidos.

Tabela 1 – Distribuição do número de escolas e de matrículas no Ensino Técnico Industrial segundo dependência administrativa, Brasil, 1943 e 1952.

| Dependência Administrativa | Nº de escolas | | Nº de matrículas | | Nº médio de alunos/escolas | |
|----------------------------|---------------|------|------------------|------|----------------------------|------|
| | 1943 | 1952 | 1943 | 1952 | 1943 | 1952 |
| Federal | 6 | 16 | 112 | 590 | 19 | 37 |
| Estadual | 6 | 7 | 292 | 327 | 49 | 48 |
| Particular | 2 | 9 | 177 | 1065 | 89 | 118 |
| Total | 14 | 32 | 581 | 1982 | 42 | 62 |

Fonte: “Levantamento Estatístico no Decênio 1943/1952”, Boletim da CBAI, v.VII, n.5 e 6, maio 1953. In CUNHA, L.A. O ensino profissional na irradiação do industrialismo. São Paulo: UNESP/Flacso, 2000. P. 131. (adaptada)

Tabela 2 – Número de matrícula e de concluintes do Ensino Técnico industrial no Brasil, 1943 a 1970.

| Anos | Nº de matrículas | Nº de concluintes |
|------|------------------|-------------------|
| 1943 | 581 | 25 |
| 1944 | 719 | 32 |
| 1945 | 987 | 176 |
| 1946 | 1483 | 230 |
| 1947 | 1719 | 235 |

| | | |
|------|------|-----|
| 1948 | 1842 | 339 |
| 1949 | 1943 | 415 |
| 1950 | 1998 | 402 |

Fontes: 1943-1953: Ministério da Educação e Cultura, Diretoria do Ensino Industrial, "Levantamento Estatístico do Decênio 1943/1952", Boletim da CBAI, n.5 e 6, maio 1953. In CUNHA, L.A. O ensino profissional na irradiação do industrialismo. São Paulo: UNESP/Flacso, 2000. P. 130. (adaptada)

Pelas tabelas 1 e 2, é possível constatar o pequeno número de estabelecimentos educacionais voltados à educação industrial disponíveis à população. É importante ressaltar que a admissão nessas escolas, ainda que vistas como uma educação de categoria "inferior", era muito rígida e excludente, tornando-se, praticamente, inaccessível para os filhos de operários carentes de uma formação elementar ou primária. Observa-se, também, que a relação entre o número de matrículas e o de concluintes demonstra uma perda maior que 95%, sugerindo ineficiência do sistema (rigidez de horários das escolas, limitação de faixas etárias para admissão aos cursos), ou inadequação de metodologia aplicada, ou condições alheias ao processo pedagógico que faziam com que os alunos não permanecessem na escola (necessidade de auxiliar financeiramente a família, transferência de cidade).

Ainda que fosse o desejo da população de renda mais baixa adentrar ao sistema profissionalizante de educação, os cursos mantidos pelo sistema oficial (escolas técnicas federais) não conseguiam acompanhar o desenvolvimento tecnológico das indústrias em expansão. Em contrapartida, os cursos mantidos por setores particulares (SENAI e SENAC), conseguiram êxito e permaneceram na vanguarda do ensino profissionalizante, a partir de meados da década de 1940, uma vez que essas entidades eram mantidas com dotação orçamentária própria e mantinham estreita relação com os setores produtivos da economia, que orientavam sobre as necessidades do mercado.

Mesmo considerando o sucesso de empreendimentos particulares como o do SENAI e do SENAC, é preciso reconhecer a manutenção de um sistema dual de ensino.

(...) a legislação acabou criando condições para que a demanda social da educação se diversificasse apenas em dois tipos de componentes: os componentes dos estratos médios e altos que continuaram a fazer opção pelas escolas que classificam socialmente, e os componentes dos estratos populares que passaram a fazer opção pelas escolas que preparavam mais rapidamente para o trabalho. Isso, evidentemente, transformava o sistema educacional, de modo geral, em um sistema de discriminação social.” ROMANELLI, O. O. História da educação no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1987. In: ARANHA, M.L.A. História da Educação. São Paulo: Moderna, 1992. P. 169.

CAPÍTULO 3 - ENSINO A DISTÂNCIA NO BRASIL

3.1 - JUSTIFICATIVAS DE IMPLANTAÇÃO

O Brasil, na segunda década do século XX, presenciou a lenta, porém gradual, mudança do modelo agrário exportador para o industrial (tardio) de substituição de importações.

A crise da Bolsa de Valores de New York, em 1929, ainda que tenha provocado sérios problemas econômicos, políticos e sociais de ordem mundial, inclusive no Brasil (crise do café e o fim da Primeira República), favoreceu o crescimento do mercado interno e a queda das exportações acelerando o desenvolvimento industrial brasileiro.

Contingentes populacionais, principalmente de imigrantes, deixavam o campo e instalavam-se nas áreas urbanas. Traziam com eles, experiências de trabalho adquiridas em países já industrializados, culturas diferenciadas das nacionais e densas organizações sindicais e políticas.

Em função do crescimento constante das indústrias, a necessidade de mão de obra relativamente qualificada para as atividades industriais e os serviços delas decorrentes continuava em ascensão. Pode-se constatar na Tabela 3, o enorme crescimento industrial entre os anos de 1907 a 1929.

Tabela 3. Brasil, Distrito Federal e São Paulo. Indústria. 1907, 1920 e 1929.

| Ano | Número de empresas | Número de operários |
|------------------|--------------------|---------------------|
| Brasil | | |
| 1907 | 3258 | 149018 |
| 1920 | 13336 | 275512 |
| 1929 | Não disponível | Não disponível |
| Distrito Federal | | |
| 1907 | 662 | 34850 |
| 1920 | 1542 | 56517 |
| 1929 | 1937 | 93525 |
| São Paulo | | |

| | | |
|------|------|--------|
| 1907 | 326 | 24186 |
| 1920 | 4145 | 83998 |
| 1929 | 6923 | 148376 |

Fonte: SILVA, S. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo: Alfa-ômega, 1976. In: DECCA, M.A.G. Indústria, trabalho e cotidiano, Brasil – 1889 a 1930. São Paulo: Atual, 1991. P. 24 e 25 (adaptada)

A instalação desse grande número de empresas vai modelando a ocupação das cidades e dando novos contornos culturais às populações urbanas: novas exigências, novas organizações, novos rearranjos de forças políticas.

Diante das transformações do quadro político, social e econômico, os clamores por transformações na educação fizeram-se presentes com a promulgação das Leis Orgânicas da Educação Nacional. No entanto, a dualidade do sistema educacional brasileiro continuou existindo e uma parcela muito significativa da população ficava alijada do sistema educacional e discriminada quando adentrava ao sistema de ensino profissionalizante, uma vez que as práticas para o trabalho eram vistas com muitas reservas pelas elites nacionais.

Atento à situação nacional (e internacional), Getúlio Vargas, no Estado Novo, percebia a necessidade e a importância do ensino profissionalizante num país, de nascente industrialização, em que as demandas econômicas e sociais estavam em transformação. Percebia, também, a importância de agregar novas tecnologias para ampliar a oferta de oportunidades educacionais à nação. O Decreto nº 5077, de dezembro de 1939, em seu artigo 7º, destaca a incumbência oficial da radio difusão:

“levar através do rádio, às aglomerações que se acham situadas em zonas afastadas dos centros irradiadores de cultura do país,

elementos capazes de aumentar o contingente de conhecimentos práticos necessários a uma evolução rápida obedecendo às seguintes condições: 1) programas que facilitem a divulgação de modo prático e atraente, das conquistas do homem em todos os ramos de suas atividades; 2) esses programas, a cargo de técnicos, compreenderão um serviço de consultas destinadas à cooperar na resolução de problemas que enfrenta diariamente o homem do interior; 3) entre outros assuntos, deverá tratar dos seguintes: agricultura, pecuária, indústria, comércio, higiene, puericultura, viação, mecânica, direito, odontologia, química, física, pesca, esportes, ciências domésticas, navegação, história do Brasil, literatura brasileira, línguas, rádio, história das artes, eletricidade e ofícios diversos; 4) essas matérias serão transmitidas em forma de cursos práticos ao alcance popular ...” (RODRIGUES, M.A., RUFINONI, P. R., PALHARES,

R., CASTRO M. C. *“Instituto Monitor: memórias do ensino a distância: 1939/2005”*. São Paulo: Instituto Monitor, 2006. P. 27)

Paralelo a esse cenário, novidades (pelo menos no Brasil) começaram a transitar entre aquelas pessoas desejosas e necessitadas de adquirirem uma prática profissional com rapidez, em cursos de curta duração e adaptados às necessidades de horário, trabalho executados e às novas exigências do mercado. Surge, no Brasil, no início do século XX, a oferta de cursos a distância por correspondência.

3.2 - CRONOLOGIA DE IMPLANTAÇÃO

O ensino a distância já era conhecido e oferecido desde o século XVIII em outros países (Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, Espanha etc). Com o objetivo de formar mão de obra qualificada para as muitas atividades industriais, comerciais e demais setores econômicos, os cursos por correspondência atingiam um grande número de pessoas nas mais diversas localidades, rompendo barreiras inatingíveis pelas instalações físicas escolares existentes. No Brasil não foi diferente e, no início do século XX (1904) as primeiras instituições de caráter formativo foram as Escolas Internacionais, representações de uma escola norte-americana (existente até hoje e atuante em vários países), que inauguraram, oficialmente, a instalação da nova modalidade educacional, *o ensino a distância*. Oferecendo cursos pagos, por correspondência, inicialmente em língua espanhola, eram dirigidos às pessoas que buscavam qualificação para empregos nas áreas de comércio e serviços.

Durante as duas primeiras décadas do século XX, assim como em outras localidades mundiais, a estratégia de comunicação entre o aluno e a escola concretizava-se pela correspondência, via Correio ferroviário, por meio do qual os materiais didáticos eram enviados e recebidos.

Com o advento de nova tecnologia de comunicação, o rádio, e sua popularização, este passa, junto com a correspondência, a facilitar a comunicação entre escola e aluno.

No Brasil, em 1923, era fundada a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, pelo médico Edgard Roquette-Pinto. O objetivo era oferecer, sem fins lucrativos, às camadas sociais populares, programas educativos, como cursos de Português, Francês, Silvicultura, Literatura Francesa,

Esperanto, Radiotelegrafia e Telefonia. No entanto, tal empreitada trazia preocupações aos governantes pela possibilidade de transmissão de temas considerados polêmicos e passíveis de agitação e mobilização das massas ouvintes.

Com suas atividades encerradas em 1936, a experiência serviu à implantação de inúmeros programas, especialmente os privados, a partir de 1937, pelo Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação.

Por ter sido o Distrito Federal e concentrar a maior parte das atividades educacionais e culturais, o Rio de Janeiro sediou, durante a primeira metade do século XX, a maior parte das iniciativas educativas a distância, com o propósito de levar educação à toda população e em especial às massas populares.

Assim,

- em 1927, organiza-se a Comissão de Cinema Educação – Cinema Educativo;
- em 1932, inauguram-se aulas de ginástica pelo rádio – Ginástica via rádio;
- em 1932, é lançado o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova – o emprego de novas tecnologias para fomentar a educação nacional;
- em 1934, inaugura-se a Rádio-Escola Municipal (Edgard Roquette-Pinto), com interação entre os alunos por correspondência;
- em 1936, cria-se o Instituto Nacional do Cinema Educativo organizado pelo Ministério da Educação;
- em 1936, surge a Rádio Ministério da Educação (Edgard Roquette-Pinto/MEC) proveniente da doação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro;

- em 1937, cria-se o Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação;

Em 1939, em São Paulo, cria-se o Instituto Rádio-Técnico Monitor (atual Instituto Monitor), oferecendo, por correspondência, cursos de iniciação profissionalizante na modalidade a distância. Foi o primeiro instituto a sistematizar sua prática pedagógica e seguido, posteriormente (em 1941), pelo Instituto Universal Brasileiro (IUB). Essas duas instituições mantiveram-se no mercado educacional de ensino a distância até a atualidade, ambas oferecendo cursos profissionalizantes a distância, modalidade de ensino por correspondência.

Ressalta-se que muitas outras iniciativas ocorreram durante e após a década de 1940, porém o interesse do presente trabalho é indicar as atividades antecessoras do ensino a distância à criação do Instituto Rádio Técnico Monitor e, focar a análise no caso especial do referido Instituto. Por essa razão, faz-se, aqui, uma ruptura na cronologia de implantação das experiências a distância no Brasil, para dedicar-se com maior profundidade à experiência do Instituto Rádio Técnico Monitor.

3.3 - CASO INSTITUTO RÁDIO TÉCNICO MONITOR

Segundo João Roberto Moreira Alves, a história do ensino a distância no Brasil pode ser dividida em fases distintas: a inicial, a intermediária e a atual.

Em sua fase inicial, ganha destaque as Escolas Internacionais (1904) e a criação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro (1923), diante de um panorama de efervescência e ebulição econômica, social e política (declínio do modelo agroexportador, implantação do modelo

econômico industrial, intensa imigração, movimentos sociais e culturais) instaurado no país onde se anseia por mudanças.

A fase intermediária é representada pela criação do Instituto Rádio Técnico Monitor (1939) e pelo Instituto Universal Brasileiro (1941). “Ambos definiram públicos certos e capacitaram brasileiros para o mercado de trabalho, no segmento da educação profissional básica” e que estão operando no mercado até hoje.

A fase atual é caracterizada por iniciativas de associações de profissionais envolvidos e comprometidos com a educação a distância como a Associação Brasileira de Teleeducação (ABT), o Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação (Ipae) e Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed).

O interesse deste trabalho recaiu nas duas primeiras fases em especial na caracterização do Instituto Rádio Técnico Monitor como organização congregadora de interesses os mais diversos para respostas às necessidades individuais dentro de um cenário político-econômico e social de intenso vigor e transformação.

Criado em 1939, e apontado como pioneiro na modalidade de ensino a distância por correspondência, o Instituto Rádio Técnico Monitor, respondeu às necessidades de qualificação e capacitação de mão de obra, em especial na área técnica, exigidas pelo mercado e que pudesse atender, também, as urgências da nascente industrialização brasileira e a conseqüente urbanização das cidades.

Dotado de uma sistematização própria de procedimentos, o Instituto Rádio Técnico Monitor, oferecia, em sua fase inicial, cursos na área de tecnologia, radiotécnico e eletrotécnico, possibilitando aos seus alunos uma aprendizagem teórica e prática aliada a um “plano de negócios” (como praticar e auferir rendimentos com o aprendizado). As respostas positivas

de seus usuários muito se devia à estratégia empregada de pronto atendimento e suporte ao aluno em suas dúvidas e necessidades, além de manter uma linguagem fácil e acessível a todos em suas publicações e explicações. Era possível aprender e empregar-se muito além, e apesar, da escola regular.

Apostando na organização e sistematização de procedimentos, no diálogo direto e fácil com seus clientes e na propaganda de massa (seus anúncios estavam presentes em revistas populares como Pato Donald, O Cruzeiro, Eu Sei Tudo, Grande Hotel etc), ganhou renome entre as mais diferentes camadas sociais. Aos cursos oferecidos, não só aqueles que necessitavam uma capacitação profissional rápida, a eles acorriam, porém também aqueles que se interessavam por assuntos mais técnicos, mas que não desejavam freqüentar uma escola regular.

A experiência do ensino a distância no Brasil, em sua fase intermediária, e em especial do Instituto Rádio Técnico Monitor, preencheu um nicho deixado vazio pelo Estado e pelas entidades particulares voltadas ao ensino profissionalizante regular, aproximando a prática do teórico. Vista com desdém por muitos, a educação a distância, no caso exemplificado pelo Instituto Rádio Técnico Monitor, democratizou o ensino profissional brasileiro possibilitando a milhares (hoje milhões) de homens, mulheres, jovens, de qualquer idade, condição social ou de escolaridade, a profissionalização e a aquisição de habilidades e competências para o exercício de seu ofício.

O Instituto Rádio Técnico Monitor foi criado pelo imigrante húngaro Nicolás Goldberger, adaptado de iniciativas de ensino a distância já existentes na Europa e Estados Unidos,

soube empreender, atender a demanda, inovar nos procedimentos, administrar despesas, receitas, pessoas e relacionamentos.

Nicolás Goldberger, com 17 anos, chegou ao Brasil em 1927. Três anos após, parte para a Argentina e emprega-se numa fábrica de rádios adquirindo com a prática conhecimentos de eletrônica e de rádio. Empregado na *General Eletric*, de Buenos Aires, desenvolve, paralelamente, atividades de professor particular. Sua “escola” informal já possuía o nome de Monitor (derivado de um espumante local). Foi em Buenos Aires que surgiu a idéia do ensino por correspondência, como forma de atender um número maior de alunos em diferentes e longínquas regiões.

De volta ao Brasil , em 1936, percebe as potencialidades dessa metodologia num país tão vasto, somado ao fato de uma crescente industrialização carente de mão de obra qualificada. De 1938 a 39, desempenha a função de professor de telecomunicações na escola Mackenzie e em 1939, funda sua própria escola: o Instituto Rádio Técnico Monitor.



Boletim de Notícias Monitor (s/d)

Atualmente, esses informativos são comercializados como raridade.

www.mercadolivre.com.br

O objetivo do Instituto Rádio Técnico Monitor era muito claro e elucidativo nos textos dos anúncios publicados:

“Com o novo e aperfeiçoado método prático de nosso INSTITUTO, V.S. aprenderá todos os trabalhos manuais de um modo eficiente para montar e consertar RÁDIOS de qualquer marca, amplificadores, transmissores, equipos de Televisão, Cine-Sonoro etc. Poderá V.S. ganhar mais dinheiro do que o custo dos seus estudos, logo após iniciá-los.”

RODRIGUES, M.A., RUFINONI, P. R., PALHARES, R., CASTRO M. C. “Instituto Monitor: memórias do ensino a distância: 1939/2005”. São Paulo: Instituto Monitor, 2006. P. 28

“Ganhar dinheiro era o mote sincero e objetivo (...) decorrente da atividade profissional proporcionada pelo ensino. O curso oferecido propunha-se a transmitir informações suficientes para o conserto de uma variedade de equipamentos da chamada era do rádio. (RODRIGUES, M.A., RUFINONI, P. R., PALHARES, R., CASTRO M. C. “Instituto Monitor: memórias do ensino a distância: 1939/2005”. São Paulo: Instituto Monitor, 2006. P. 28)

**dinheiro e independência
para técnicos em Rádio e Televisão.**



No setor onde mais se necessita de profissionais competentes, a HEMPHILL SCHOOLS lhe oferece um caminho de êxito constante. Aprendendo pelo moderno "Sistema Visual", exclusiva da HEMPHILL SCHOOLS, você estará apto a desempenhar uma nova profissão, rápida e eficiente. E, mais, com os valiosos instrumentos de laboratório e o magnífico Receptor de Comunicações Quatro Faixas que receberá como parte do Curso, você irá adquirir experiência necessária para trabalhar em sua própria casa, e ganhar assim, milhares de cruzeiros!

não perca tempo. Dê início a seus estudos, agora!

Receba extenso e valioso equipamento de laboratório, para aperfeiçoar seus estudos praticamente em seu próprio lar. SEM CUSTO ADICIONAL. SI Radio Ultratransônico. Provarador Ulas. Multímetro e mais cinco dispositivos.

ATIS descrevendo as oportunidades limitadas nesta fascicula profissional.



AJUDE A UM AMIGO

o nome de um amigo que deseja um melhor futuro e informações

REGORTE ESTE CUPÃO E ENVIE HOJE MESMO

A HEMPHILL SCHOOLS
Centro Metropolitano de Comércio
Rua São Luís, 100-Lapa Sul - São Paulo - Capital - **IXDL-12**

Fazer enviar-me grátis o Catálogo que esclarece como alcançar o futuro, estudando Rádio e Televisão.

O abastecimento do mercado consumidor de mercadorias desejadas pelas pessoas não foi acompanhada pela difusão de informações técnicas sobre elas. Ou seja, comprava-se o equipamento, um rádio, por exemplo, mas não havia mão de obra para consertá-lo no caso de avaria. Nesse sentido, o Instituto vinha ao encontro das necessidades tanto do profissional (capacitado pelo Instituto) quanto do consumidor.

“O método utilizado pelo Instituto previa a remessa de material didático completo, também oferecia kits compostos por ferramentas, um aparelho de medição e componentes para montagem de um rádio de 8 válvulas, o que facilitava o desenvolvimento de atividades práticas pelos alunos, além de difundir o trabalho com esses produtos pelo país. Para os alunos que morassem em São Paulo e para os que se dispusessem a visitar a cidade, a escola ainda disponibilizava um laboratório para atividades práticas.” (RODRIGUES, M.A., RUFINONI, P.

R., PALHARES, R., CASTRO M. C. *“Instituto Monitor: memórias do ensino a distância: 1939/2005”*. São Paulo: Instituto Monitor, 2006. P. 29).



Era comum, e fazia parte da estratégia de propaganda, os alunos dos cursos por correspondência fazerem depoimentos sobre os benefícios dos cursos realizados.

www.mercadolivre.com.br

Com o intuito de expandir as potencialidades comerciais do Instituto, um ano após sua criação, em 1940, Nicolás Goldberger forma sociedade com Jacob Wargaftig. Essa união foi duradoura, mas muito benéfica para os negócios da educação a distância, uma vez que no quarto trimestre de 1941, após desligar-se do Instituto Rádio Técnico Monitor, Jacob Wargaftig funda o Instituto Universal Brasileiro (IUB). Concorrentes porém não inimigos, fizeram acordos tácitos onde o IUB não concorreria, pelo menos inicialmente, com o curso de Radiotécnico (primeiro curso do Instituto Monitor, enquanto o de Eletrotécnico só seria divulgado em 1942) e buscaria outras demandas de exploração do ensino profissionalizante.

Com o passar do tempo e com a introdução no mercado de uma grande quantidade de escolas com ensino por correspondência, os cursos oferecidos, que eram praticamente só de radiotécnico, começaram a diversificar-se e aumentaram a gama de ofertas em todas as áreas por todas as escolas: Português, Inglês, Contabilidade, Avicultura, Corte e Costura, Desenho Mecânico - Artístico, Arquitetônico e Publicitário, Química Industrial, Vendedor, Secretariado, Mecânico de automóveis, Ginásio, Clássico, Científico etc.

Omeu
Aku

ESTUDO

estudando por correspondência no
INSTITUTO UNIVERSAL BRASILEIRO

RÁDIO - TV - TRANSISTORES e ELETRÔNICA
Aprenda, em sua própria casa, a montar e consertar rádios, transistores, TV, toca-discos, aparelhos elétricos, etc. Logo no início dos estudos: **GANHE MUITO DINHEIRO**. Não é preciso qualquer conhecimento prévio. Com as peças e ferramentas que enviaremos **GRÁTIS**, você montará estes excepcionais aparelhos, um transmissor sem fio, um receptor de sintonia ajustável, um intercomunicador. E, no final do Curso, você terá construído o seu próprio rádio-receptor, um **MAGNIFICO APARELHO DE 5 VALVULAS, 2 FAIXAS DE ONDA E FREQUENCIA SONORIDADE!**

MADUREZA GINASIAL
(de acôrdo com o novo Lei de Diretrizes e Bases da Educação)
No curto espaço de 10 meses, estudando apenas cinco matérias: **PORTUGUÊS, MATEMÁTICA, CIÊNCIAS, HISTÓRIA E GEOGRAFIA, V.** Sua estará habilitado a receber frente! Sem sair de sua casa, receberá todo o material de estudos e uma completa assistência de nossos professores, permitindo-lhe uma rápida e perfeita assimilação do ensino.

CONTABILIDADE PRÁTICA
Atualizada com as leis: **C.M., I.P.M., I.N.P.S., etc.**
O Brasil sente, nos dias atuais, imensa necessidade de contabilistas práticos. Dar-lhe-emos a melhor base para para executar **QUALQUER TIPO DE PLISSE** para **ALUNO NOSSO FAZ A ESCRITURAÇÃO COMPLETA DE UMA CASA COMERCIAL V.S.** ganhará os melhores ordenados e realizará o sonho de uma vida brilhante.

CORTE e COSTURA
Aprenda em sua casa, nas horas livres, sem abandonar suas ocupações habituais, **EM POUCO TEMPO SERÁ UMA EXCELENTE MODISTA**, perfeitamente preparada para executar **QUALQUER TIPO DE PLISSE**, trajes de casamento, "fingeria" fina, "tailleurs", roupas esporte, etc. Seja uma mulher moderna! Aumente seu valor pessoal e o bem-estar de sua família.

DESENHO ARTÍSTICO e PUBLICITÁRIO
DESENHO ARQUITETÔNICO
DESENHO MECÂNICO
Eis a sua grande oportunidade! Desenvolva o seu talento e valorize a sua capacidade de artista e construtor. **UM FUTURO BRILHANTE AGUARDA V.S.** Confie na sua personalidade e ganhe respeito e uma posição social destacada.

BORDADO - PORTUGUÊS - INGLÊS
SECRETÁRIO - AUXILIAR DE ESCRITÓRIO
ESTA É A SUA OPORTUNIDADE DE GANHAR MAIS E VIVER MELHOR!
GRÁTIS! Dicionário Português, Inglês, Comp. Caligrafia, Álbum Pontuação, tesoura, agulhas, linhas, carteira de estudante, cartões de visita, etc.

ELETRICIDADE
Adote uma perfeita capacidade profissional! **SEJA UM TÉCNICO ESPECIALIZADO!**

GRÁTIS
Multiplicador
INSTRUMENTOS DE BOM QUALIDADE

GRÁTIS
Atlas do Brasil e do Mundo, em cores, régua, jogo de esquadros, transferidor, lápis, borracha, Dicionário Português, Atlas de Anotação em cores, Carteira de Estudante, cartões de visita, etc.

GRÁTIS
MÁQ. de calcular de bolso, modelos livros-fletores para desenhos, Com. Contabilidade (Diário, Balanço, Boleto, Caixa, O. Contábil), Dic. Português, Comp. Caligrafia, cartões de visita, etc.

GRÁTIS
Fita métrica, tesoura, papel de seda e manilha, régua, carretinha, figurinos p/ crianças e adultos, carteira de estudante, cartões de visita, etc.

GRÁTIS
Compasso, esquadros, transferidor, tira-linhas, bússola, papel especial, lápis, borracha, pincéis, régua, transferidor, canetas, régua, carteira de estudante, cartões de visita, etc.

GRÁTIS
Analisador de circuitos, chaves de teste, alicate especial, serra para metal, Dicionário de Português, carteira de estudante, cartões de visita, etc.

Este cupomão é para V.S. ou para um parente seu. (Indicar o curso desejado.)

2287 **INSTITUTO UNIVERSAL BRASILEIRO**
AVENIDA GENERAL OLÍMPICO DA SILVEIRA, 685
CAIXA POSTAL 3038 - SÃO PAULO

2287 **INSTITUTO UNIVERSAL**
AVENIDA GENERAL OLÍMPICO DA
CAIXA POSTAL 3038 - SA
São Paulo. Para solicitar **GRÁTIS** a lista de cursos de... (Indicar o curso desejado.)

As propagandas dos cursos por correspondência eram vinculadas em revistas populares e tinham um forte apelo quanto aos kits disponibilizados para cada curso.

A própria inscrição estava no corpo do anúncio que deveria ser preenchida e enviada à sede da escola.

Revista O Cruzeiro

*** TRIUNFE!**
QUALQUER QUE SEJA A SUA IDADE OU POSIÇÃO, FAÇA-O!
ESTUDANDO POR CORRESPONDÊNCIA
GINÁSIO
CLÁSSICO ou
CIENTÍFICO

Agora sim! Estudando apenas cinco matérias: Português, Matemática, Geografia, História e Ciências, de acordo com a nova lei "Diretrizes e Bases da Educação", qualquer que seja a sua idade ou posição, você poderá obter o DIPLOMA do Ginásio, Clássico ou Científico, em apenas 10 meses!
 Por intermédio de DOM BOSCO - Escolas Reunidas, pioneira em todo o país desses maravilhosos cursos por correspondência, pelo mundialmente famoso método "PROFESSOR EM CASA", os jovens e adultos de ambos os sexos terão abertas as portas das faculdades e poderão tornar-se Professores, Advogados, Médicos, Engenheiros, Dentistas, Administradores de Empresa etc. Nosso curso elaborado por professores especializados e conhecido por milhares de pessoas em todo o Brasil, já abriu as portas da Sucesso!

As propagandas dos cursos por correspondência tinham um forte apelo emocional e buscavam igualar-se na forma final aos cursos regulares mantidos pelas escolas presenciais .

Deixavam claro, também, que não havia discriminação quanto a idade ou status social.

Revista *O Cruzeiro*

O Instituto Rádio Técnico Monitor, com um trabalho sério pedagógico e de divulgação, em 1944 registrava a marca de 6 300 alunos, distribuindo por todo o país, e mesmo fora dele, seus kits e materiais de aprendizagem.

O empreendedorismo de Nicolás Goldberger se faz presente quanto buscou anexar, ao seu negócio, a logística suficiente para dar o aporte técnico, material e pedagógico aos cursos mantidos, evitando-se o desperdício e contratempos com profissionais não comprometidos com a missão do Instituto.

Um ensino baseado em materiais impressos e na comunicação por correspondência depende de serviços sincronizados, principalmente, dos correios. Para alcançar os resultados desejados, e manter os cursos funcionando da melhor forma possível, Niocolás Goldberger necessitava organizar uma equipe responsável pela produção do material didático e da correspondência; contratar os serviços tipográficos para a diagramação e impressão dos materiais e organizar uma malha de fornecedores de materiais e equipamentos.

Para evitar os serviços de terceiros nem sempre confiáveis em termos de serviço e cumprimento de prazos, Nicolás Goldberger cria várias empresas para dar suporte às atividades da escola. Em meados de 1940, cria a

- a Tipografia Aurora, responsável pela edição de materiais didáticos, livros técnicos e a Revista Monitor de Rádio e Televisão (primeira publicação mensal datada de 1947);
- Radiotécnica Aurora, importadora e comércio de produtos eletroeletrônicos, fornecedora direta dos alunos da escola;
- Continental Rádio e Televisão S.A. (CRT), indústria de componentes e equipamentos eletroeletrônicos.

“A fábrica e a loja de componentes e equipamentos forneciam os materiais para os kits de aprendizagem, barateando os custos e simplificando o processo. A tipografia, com a publicação dos materiais, revistas e livros técnicos, cumpria um papel de divulgação científica e de promoção das demais

iniciativas.” (RODRIGUES, M.A., RUFINONI, P. R., PALHARES, R., CASTRO M. C. “*Instituto Monitor: memórias do ensino a distância: 1939/2005*”. São Paulo: Instituto Monitor, 2006. P. 25).

Pelos anúncios das várias escolas de ensino por correspondência, é possível perceber as características populares dessa modalidade educação: os cursos estavam ligados às necessidades práticas da vida social. Os estudiosos discutiam muito o conteúdo veiculado pelas escolas, mas esqueciam de analisar o aparato material e pessoal envolvido em cada curso oferecido.

A industrialização trouxe para o Brasil a necessidade cada vez maior de democratizar o ensino e de alfabetizar, tecnicamente, o maior número de pessoas para que elas pudessem lidar com as novas tecnologias disponibilizadas para a população. Desta maneira, o objetivo dos cursos, mantidos pelo Instituto, era preparar técnicos em instalação, conserto e montagem de receptores de rádio, recentemente introduzidos no país, uma vez que não havia pessoas especializadas para essas tarefas.

Mesmo que o olhar fosse de discriminação, o ensino por correspondência ocupava seu espaço, alcançava rincões ignorados pelo Estado e supria uma demanda reprimida de pessoas necessitadas de informações e práticas profissionalizantes.

“Para compreender um pouco a sistemática dessa rede invisível que é o ensino por correspondência (...) vale a pena estudar o método aplicado em um curso como o Rádiotécnico. Avaliar

como esse curso chegava a seus alunos, quais os seus métodos, qual a dinâmica pedagógica. Não se trata apenas do envio de materiais impressos a locais distantes (...) mas de criar o diálogo entre o tutor (a escola) e o aluno. Existe, em suma, todo um trabalho humano escondido nessa rede. Todo um método (...) não só prático de funcionamento, mas também um método pedagógico de explicação e entendimento.” (RODRIGUES, M.A., RUFINONI, P. R., PALHARES, R., CASTRO M. C. *“Instituto Monitor: memórias do ensino a distância: 1939/2005”*. São Paulo: Instituto Monitor, 2006. P. 57).

1939

2010



71 anos. 6 milhões de alunos.

CONCLUSÃO

Este trabalho procurou pistas sobre uma possível relação entre a industrialização nascente no Brasil (início do século XX/década de 1930) e as condições e fatores histórico, sociais e econômicas que propiciaram a instalação do ensino a distância no Brasil na primeira metade do século XX, com especial atenção ao caso do Instituto Rádio Técnico Monitor.

Num primeiro momento, houve a tentativa de caracterizar o panorama nacional em termos históricos e econômicos buscando-se relacionar os motivos de uma industrialização tardia e suas conseqüências. Posteriormente, relacionou-se e analisou-se os fatores que contribuíram para a industrialização nacional e caracterizou-se as classes trabalhadoras e suas dificuldades no acesso à educação.

No capítulo sobre a educação profissional no Brasil, iniciou-se uma discussão sobre as origens das escolas profissionalizantes e as necessidades de formação de mão de obra qualificada em número suficiente para atender às novas demandas industriais, tendo em vista a ausência, inicial, de políticas públicas de educação (elementar, primária, secundária ou profissional) para as classes menos favorecidas.

Em seguida, caracterizou-se a educação a distância no Brasil justificando-se sua implantação nas primeiras décadas do século XX e, a partir de uma cronologia, propositadamente interrompida na quarta década, procedeu-se a descrição do caso Instituto Rádio Técnico Monitor.

Portanto, este trabalho não teve a pretensão de estabelecer um vínculo linear e absoluto entre as condições históricas e econômicas vigentes no Brasil no início do século XX e a

direta instalação dos cursos a distância, ainda que as circunstâncias conjunturais possam sugerir tal fato.

Carece, portanto, o presente trabalho de investigações profundas em numerosos dados estatísticos concernentes a implantação de indústrias, comércio e serviços; escolas profissionalizantes implantadas, matrículas, evasões, correlação direta de empregabilidade entre mão de obra qualificada e sua absorção pelo mercado formal, correlação entre os alunos de ensino a distância e sua empregabilidade; influência das empresas sobre a abertura e manutenção de cursos profissionalizantes, enfim, uma série de questões e dados disponibilizados, muitas vezes somente nos arquivos de empresas e entidades particulares de ensino.

Desta maneira, o entusiasmo e o prazer maior na realização deste trabalho, com todas as falhas que certamente possui, foi o de descobrir tantas lacunas a serem preenchidas, tantas perguntas ainda por serem respondidas e a admiração por pessoas que empreendem o futuro e vislumbram aquilo que ninguém consegue enxergar.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, J.R.M. *“EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL”*. INSTITUTO DE PESQUISAS AVANÇADAS EM EDUCAÇÃO, 2007.

_____. *“A HISTÓRIA DA EAD NO BRASIL”*. IN: EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - O ESTADO DA ARTE. SÃO PAULO: PERSON, CAPÍTULO 2, 2008.

ARANHA, M.L.A. *“História da Educação”*. São Paulo: Moderna, 1992.

BRENER, J. *“1929: a crise que mudou o mundo”*. São Paulo: Ática. (Col. Retrospectiva do século XX).

CARVALHO, M. M. C. *“A escola e a República”*. São Paulo, Brasiliense, 1989. (Col. Tudo é História).

CUNHA, L. A. *“O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização”*. São Paulo: UNESP/Flacso, 2005.

_____. *“O ensino profissional na irradiação do industrialismo”*. São Paulo: UNESP/Flacso, 2005.

DECCA, M. A.G. *“Cotidiano de trabalhadores na República – São Paulo 1889/1940”*. São Paulo, Brasiliense. 1990 (Col. Tudo é História).

_____. *“Indústria, trabalho e cotidiano - Brasil – 1889 a 1930”*. São Paulo: Atual, 1991. (Col. História em Documento).

LITTO, F. M. *“O atual cenário internacional da EaD”*. In: Educação a Distância- o estado da arte. São Paulo: Person, capítulo 3, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *“Educação profissional: referências curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico – introdução”*. Brasília: MEC, 2000.

NUNES, I. B. *“Educação a distância e o mundo do trabalho”*. In: Tecnologia educacional. Rio de Janeiro, v.21, n. 107, jul./ago. 1992

_____. *“A História da EaD no Mundo”*. In: Educação a Distância- o estado da arte. São Paulo: Person, capítulo 1, 2008.

PALHARES, R. *“Aprendizagem por correspondência”*. In: Educação a Distância - o estado da arte. São Paulo: Person, capítulo 8, 2008.

PRADO JUNIOR, C. *“História Econômica do Brasil”*. São Paulo: Brasiliense, 1993

RODRIGUES, M.A., RUFINONI, P. R., PALHARES, R., CASTRO M. C. *“Instituto Monitor: memórias do ensino a distância: 1939/2005”*. São Paulo: Instituto Monitor, 2006.

TAMDJIAN, J.O, MENDES, I.L. *“Geografia geral e do Brasil – estudos para a compreensão do espaço”*. São Paulo: FTD, 2004.

TORRES, P. L.; FIALHO, F. A. P. *“Educação a distância: passado, presente e futuro”*. In: Educação a Distância- o estado da arte. São Paulo: Person, capítulo 61, 2008.

TORRES, R. M. F. *“EAD no ensino profissionalizante”*. In: Educação a Distância- o estado da arte. São Paulo: Person, capítulo 27, 2008.

VESENTINI, J.W. "*Geografia, série Brasil*". São Paulo: Ática, 2003.

VIANNEY, J. "*Cronologia da EAD no Brasil*". Santa Catarina: Universidade Federal, 1999. P 161 e 162.